

OS COMPORTAMENTOS DESVIANTES SOB UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

Ana Gabrecht¹

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar uma argumentação sobre o tema proposto, é preciso esclarecer alguns pontos preliminares. Entre eles, está o objetivo deste artigo, que se propõe a analisar os comportamentos ditos “desviantes” — aqueles que não se adequam às normas vigentes e aceitas pela maioria dos indivíduos de uma determinada sociedade — em uma perspectiva antropológica. Assunto este, que durante muito tempo era tratado somente no terreno da psiquiatria, psicologia e até mesmo da criminalística.

Recentemente a Antropologia tem se voltado para essa questão, mais especificamente a Antropologia Social. As contribuições desse saber ao problema dos desviantes, são no sentido de relativizar as abordagens carregadas de preconceito e intolerância e produzir um conhecimento menos comprometido do fenômeno (Velho, 1999:11).

O presente artigo direciona-se no sentido de valorizar a contribuição da Antropologia – num sentido mais geral – ao estudo da realidade social, tanto do presente quanto do passado. E isso devido ao fato de considerarmos esta ciência um importante instrumento para o historiador. De acordo com Zenha (1999:81) “a grande contribuição da antropologia histórica corresponderia à necessidade de encontrar as diferentes ramificações da mudança, fazer seu inventário, compreender seus mecanismos, afirmar sua pluralidade.”

Acerca da importância da Antropologia para o historiador, é bastante significativa a opinião de Evans-Pritchard (1974:72): “Estou, portanto, de acordo com o Pai Lévi-Strauss, senão quando ele delimita as respectivas esferas da História e da Antropologia Social, ao menos quando conclui que a diferença entre elas é uma diferença de orientação, diferença de alvo, e que as duas disciplinas são indissociáveis.”

Para entender melhor essa contribuição, faz-se necessário, inicialmente, um pequeno histórico aliado a análise dos objetos, métodos e realizações da Antropologia Social; até mesmo para compreender o que esta ciência pode oferecer ao historiador.

¹ Professora da Faculdade Saberes. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

A ANTROPOLOGIA SOCIAL COMO CAMPO DE ANÁLISE

A Antropologia Social é um ramo relativamente novo das ciências que estudam o homem. Segundo Lienhardt (1973:11), é a mais jovem das ciências sociais. O que vai diferenciá-la das outras ramificações da Antropologia, é mais uma questão de ênfase que de objeto. O termo “Antropologia” dá margem para inúmeras interpretações; de acordo com o grego, seria o estudo do homem. Mas que dimensão do homem? Biológica, psicológica, sociocultural? Há aqueles que a identificam como estudo da cultura, mas este conceito também é demasiado amplo e por vezes até mesmo ambíguo. De fato, estudar o homem em sua totalidade mostrou-se uma tarefa extremamente difícil. Para tal, a Antropologia foi se dividindo em “áreas”, com fronteiras não muita rígidas. Entre elas, a Antropologia Física que preocupa-se com o homem como um organismo físico; a Antropologia Política que presta-se ao estudo das diversas instituições e práticas que asseguram o governo dos homens, assim como dos sistemas de pensamento e dos símbolos que os fundamentam (Balandier, 1987:16).; temos ainda a Antropologia Cultural e a Social, sendo estas duas de mais difícil diferenciação.

A Antropologia Cultural, como o próprio nome indica, está interessada em estudar o homem em sua dimensão cultural. Mas, como foi dito anteriormente, cultura não é um conceito fácil de ser delimitado, por conseguinte, Antropologia Cultural também não o é. Segundo Beattie (1977:27), esta ciência abrange um campo muito amplo, incluindo praticamente todos os aspectos não biológicos da vida do homem. As diferentes instituições sociais e os valores do homem, interesse da Antropologia Social, seriam apenas uma pequena fração dentro deste amplo campo de estudo. Daí a diferença ser só uma questão de ênfase, quer o interesse do pesquisador esteja na cultura, na sociedade ou na política, a realidade que ele observa é a mesma: pessoas que se relacionam entre si.

Na verdade, apesar dessas diferenciações, a Antropologia como ciência vem se desenvolvendo desde o século XIX, em parte devido aos relatos de missionários e viajantes na África, América, ilhas do Pacífico, entre outros; de acordo com Beattie (1977:10) muitos destes forneceram a matéria-prima sobre a qual basearam-se os primeiros grandes trabalhos antropológicos escritos na segunda metade do século XIX. Muitos deles eram os chamados “antropólogos de gabinete” que faziam descrições de costumes “exóticos” de povos que nunca conheceram pessoalmente. Faltava-lhes ainda a metodologia do trabalho de campo – tão

importante para a Antropologia moderna — que possibilitaria-lhes dar um significado real aos costumes listados; algo que somente um pesquisador inserido no contexto social da comunidade estudada pode perceber.

A despeito de seus erros, a Antropologia deve muito aos estudiosos, missionários e viajantes do século XIX, pois criaram condições propícias para o desenvolvimento desta enquanto ciência autônoma. Lienhardt (1973:15) evidencia essas condições:

Nessa atmosfera de humanitarismo cristão e de filantropia, de colonialismo, e de curiosidade científica autêntica, o novo estudo do homem desenvolveu-se em princípios do século XIX. Foi nessa época que surgiu, efetivamente, a história da Antropologia como uma disciplina organizada, mais empírica, e de princípios de âmbito mais amplo do que as pesquisas dos filósofos e historiadores antigos, sobre a natureza da sociedade humana.

Esses estudiosos do século XIX contribuíram para o desenvolvimento da moderna Antropologia, pois iniciaram um debate, foram os primeiros a se preocuparem com a questão do “outro”, do “diferente”. Mesmo os chamados “antropólogos de gabinete” se mostraram úteis, pois como todos os cientistas sociais, preocuparam-se com a descoberta e o registro de regularidades no comportamento humano (Beattie, 1977:13). Assim, a partir de suas observações foram se desenvolvendo os métodos e teorias desta ciência na atualidade.

Dentro deste contexto de desenvolvimento da Antropologia enquanto ciência, vem se destacando a Antropologia Social que tem como preocupação central o estudo dos diferentes tipos de instituições sociais que caracterizam as sociedades que estudam, sejam estas “civilizadas” ou “primitivas”. É notório que muitos mal-entendidos e problemas foram gerados pela incompreensão dos costumes e instituições dos povos estranhos, especialmente se esses costumes forem muito diferentes, muito “exóticos”. A Antropologia Social, neste sentido, tem muito a contribuir.

Uma importante contribuição da antropologia social foi demonstrar que as instituições sociais e culturais das sociedades afastadas da nossa, precisam ser entendidas, se realmente as quisermos entender, a partir das idéias e valores vigentes naquelas sociedades, e não simplesmente nos nossos próprios termos. E este tipo de compreensão só é possível quando o investigador se muda, em geral literalmente, e não apenas metaforicamente, da sua própria cultura para a estranha que deseja compreender, e “aprende” a nova cultura como aprenderia uma nova língua (Beattie, 1977:2).

A Antropologia Social mantém uma relação estreita com a Sociologia, pois ambas estudam as relações sociais entre os seres humanos. Dessa forma fica até difícil diferenciar uma da outra, tanto que Radcliffe-Brown chegou até mesmo a sugerir sua fusão com a Sociologia sob a denominação de “sociologia comparativa” (Beattie, 1977:37). Mas a renomeação não foi aceita; indicando que, pelo menos os antropólogos sociais consideram a sua disciplina diferente da Sociologia. Beattie (1977:37-8) aponta duas diferenças importantes entre Antropologia Social e Sociologia que não significam dissociação entre as duas, mas justificam a manutenção das diferenciação entre elas. A primeira seria o fato de a Sociologia estar preocupada essencialmente com a investigação e compreensão das relações sociais, os outros assuntos apenas auxiliam esta compreensão; já os antropólogos sociais embora compartilhem dessa mesma preocupação dos sociólogos, estão também interessados em outros assuntos, tais como as crenças e os valores das pessoas. A segunda diferença diz respeito ao *locus* de trabalho; os antropólogos sociais tem trabalhado, geralmente, em comunidades menos “desenvolvidas”, em pequena escala, enquanto que os sociólogos tem estudado principalmente tipos de organização social características das sociedades mais complexas, do tipo ocidental. Vale ressaltar que essas diferenciações não são muito rígidas, não representam diferenças teóricas profundas.

A definição das sociedades em pequena escala como campo de trabalho do antropólogo social tem se mostrado extremamente importante. De acordo com Beattie (1977:88) é no estudo de sistemas de pequena escala, onde as relações pessoa a pessoa são tão importante, que tem sido elaborados os métodos da Antropologia Social e suas principais contribuições ao conhecimento sociológico.

Apesar das diferenciações feitas entre Antropologia Social e Sociologia, pode-se concluir que os antropólogos sociais devem ser também sociólogos, uma vez que ambos estão interessados nos diferentes tipos de relações sociais que encontram nas sociedades que estudam. Mas, é necessário frisar que os antropólogos sociais não estão interessados em *todas* as relações sociais das sociedades que estudam, concentram-se naquelas relações padrões, as que já estão cristalizadas. Segundo Beattie (1977:19) “as relações sociais que os antropólogos sociais estudam são aquelas que são standardizadas, institucionalizadas e, portanto, características da sociedade que está sendo investigada.” Apesar de se concentrarem no estudo do que é padrão, não

deixam de considerar o desvio como algo significativo na compreensão das relações sociais, como será analisado mais adiante.

Apesar de os antropólogos sociais estarem preocupados com o que é regular, isso não quer dizer que consideram que a sociedade esteja num estado de perfeito equilíbrio, que Dahrendorf (1982:146) chamou de *teoria integracionista da sociedade*, que concebe a estrutura social em termos de um sistema funcionalmente integrado, mantido em equilíbrio por certos processos padronizados e repetitivos. Na verdade, a idéia de que o estado “natural” da sociedade é a harmonia pode gerar equívocos e deturpações, como achar que as mudanças são sempre de melhor para pior ou ainda, a evocação nostálgica de uma idade de ouro que na verdade nunca existiu (Beattie, 1977:286-7).

Atualmente tem se reconhecido que a mudança e o conflito, longe de ser um estado anormal da sociedade, pode ser parte integrante dela. É isso que Gilberto Velho discute em seu artigo intitulado “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social” (1999). Em sua crítica a Patologia Social, o autor argumenta no sentido de mostrar que o indivíduo que não se “adapta” as regras da sociedade — aceitas pela maioria — não é um indivíduo “doente”, “incapaz”, ou seja, seu problema não é patológico. Com a ajuda da Antropologia Social, Velho pretende mostrar que o próprio caráter do sistema sociocultural no qual o indivíduo está inserido, é o que permite entender os comportamentos desviantes. Porém, antes de se aprofundar nestas questões, é preciso saber como a Patologia Social trabalha a questão dos desviantes.

O PROBLEMA DOS DESVIANTES VISTO PELA PATOLOGIA SOCIAL

A primeira impressão que se tem ao ouvir a expressão “Patologia Social” é que se trata de um estudo do funcionamento patológico da sociedade. O adjetivo “patológico” remete ao ramo da medicina que se ocupa da natureza e das modificações produzidas por determinadas doenças no organismo humano. Tal analogia pode levar a pensar o funcionamento patológico da sociedade como um mau funcionamento, um funcionamento doentio. Isso ocorre devido ao fato dessa área do conhecimento utilizar o modelo organicista para interpretação da realidade social: “entre o organismo social e o organismo biológico não existem senão razões analógicas” (Rosa, 1980:18).

Aqueles que se dedicam ao estudo da Patologia Social tem identificado-a como um ciência sociológica, um setor especializado da Sociologia. Como tal, não pretende inculir juízos de valor no seu objeto de estudo, que seria a desorganização social.

... na realidade, não é apenas aquilo que é mau, ou doentio, ou patológico, no processo social, que constitui o objeto da disciplina aludida [Patologia Social], mas todos os fenômenos de transição, ou modificação, ou de comportamento social que, bons ou maus, convenientes ou não, significam desorganização das estruturas e dos processos sociais até então prevalentes. E desorganização, aqui, é vocábulo empregado no seu preciso entendimento etimológico, de desfazimento ou alteração numa organização, ou num organismo (Rosa, 1980:22).

Percebe-se aqui, a alusão do autor ao organicismo, quando vê desorganização em seu sentido etimológico, algo que não está mais organizado, que não é mais orgânico.

Controvérsias teóricas à parte, é interessante notar como Rosa (1980) em sua obra *Patologia Social* concebe a organização da sociedade e dentro dela o que é “normal” e o que “anormal”.

A opinião do autor sobre a ordenação social encaixa-se na definição dada por Dahrendorf de teoria de teoria integracionista da sociedade. Para Rosa (1980:30), o uso repetitivo de certas práticas constitui um dos primeiros elementos de coesão grupal, pois reduzia a possibilidade de atritos e direcionava os integrantes do grupo ao exercício de certos “papéis sociais”, nos primórdios da divisão social do trabalho.

Segundo a teoria integracionista da sociedade exposta por Dahrendorf (1982:162), as posições sociais ocupadas pelos indivíduos são entendidas como *papéis sociais* [grifo meu]. Conceito este, definido como conjunto de “expectativas de papéis” padronizados que definem o comportamento “próprio” das pessoas que desempenham certos papéis. Segundo essa teoria, “próprio” significa algo apropriado para o funcionamento do sistema social e capaz de contribuir para sua integração. A noção de “expectativa de papéis” corresponde a uma orientação do comportamento às posições ou papéis sociais. O indivíduo que desempenha determinado papel social pode internalizar ou não essas expectativas, tornando-as orientadoras de sua ação. Se ele internalizar, será considerado “adaptado”, se não, será um “desviante”. É no sentido de superar essa abordagem do comportamento desviante que Velho trabalha.

Percebe-se em Rosa (1980:32) uma ênfase no integracionismo da sociedade quando faz afirmações tais como:

Se houver bastante tempo e não atuarem sobre esse processo [de integração cultural] mudanças significativas nas condições do meio, acentuar-se-á uma tendência para uma integração quase perfeita, na qual o equilíbrio interno da sociedade se fará com reduzida margem de variação das influências contrárias das tendências conservadoras e reformistas, em que a interdependência dos usos costumes e praticas se tornará mais aguda. Tal estado de integração cultural tende a uma uniformidade de vida.

Esse mesmo problema Velho identifica na obra do sociólogo norte-americano Robert Merton. Segundo Velho (1999:15) o problema crucial não é a ênfase na harmonia e o equilíbrio na vida social, mas a idéia de que essa harmonia e esse equilíbrio surgem automaticamente, são próprios da natureza da sociedade. Merton até considera a possibilidade de haver conflitos e desequilíbrios, mas a “tendência natural” é o retorno ao equilíbrio e harmonia. Para esse autor, a mudança tem sempre um caráter de exceção. Rosa vai nessa mesma linha de raciocínio que Velho (1999:15) considera como conservadora e tem como premissa uma estrutura social não-problematizada.

A despeito dessas críticas, Merton é uma figura de destaque na Sociologia, sua abordagem sobre os comportamentos desviantes é uma das mais influentes e significativas, especialmente quando introduz o conceito de *anomie*. De acordo com Velho (1999: 12-14), este conceito localiza o problema dos desviantes na estrutura social e cultural, que para Merton gera as pressões que propiciam o surgimento de comportamentos socialmente desviantes. Percebe-se então que ele sai de uma patologia do social, ou seja, o problema não está mais no indivíduo, mas na sociedade. De acordo com Rosa (1980:40), Merton acredita que algumas estruturas sociais exercem uma pressão definida sobre certas pessoas componentes da sociedade para que sigam conduta inconformista e não uma conduta em conformidade com os modelos estabelecidos. Dessa maneira, tais estruturas como que compelem alguns indivíduos ou os estimulam a comportamentos de desvio. A crítica de Velho (1999: 14) é no sentido de observar que para Merton os comportamentos individuais desviantes são geradas pelas *condições patológicas do sistema social* [grifo meu].

Velho (1999: 27-8) vai na contramão dessa argumentação, para ele o desviante não é produzido por uma sociedade “doente” ou “opressora”, nem é aquele que está fora de sua cultura, mas o que faz uma leitura divergente. É o próprio caráter desigual, contraditório e político de todo o sistema sociocultural que permite entender os comportamentos desviantes.

Apesar das críticas, o arcabouço teórico construído por Merton adquiriu uma importância fundamental pelo menos para os estudos em patologia social, pois em sua obra se encontram os pontos de partida para uma análise e uma interpretação adequadas dos diversos tipos de adaptação às normas socioculturais e aos valores que a sociedade estabelece (Rosa, 1980: 45). Sua contribuição às ciências sociais é atestada também por Velho (1999: 14) quando diz que: “o conceito de *anomie* serviu de ponto de partida para muitos trabalhos que vieram a ter repercussão em toda a área de estudo do comportamento desviante.”

A ESTIGMATIZAÇÃO DO DESVIANTE

O problema dos desviantes tem sido comumente encarado a partir de uma perspectiva médica, preocupada em distinguir o indivíduo “normal” do “anormal”. Então a solução seria uma questão de diagnóstico e cura. No dizer de Rosa (1980:26) o “normal” é um valor social que está ligado a idéia de eficiência. Segundo ele, todo grupo em sua natural vocação de continuidade e consecução de objetivos de bem-estar busca – despercebidamente, ou não – resultados com maior ou menor habilidade. A eficiência condiciona os padrões de normalidade. Dentro dessa linha de raciocínio, o “anormal” seria a perturbação dessa eficiência, algo que incomoda o grupo, que o ameaça em sua organização.

Nessa perspectiva, o “anormal” é o desviante, o que destoa do grupo, desvia-se da orientação seguida pela maioria (não no sentido quantitativo). Velho (1999:17) evidencia essa conotação problemática que se dá à noção de desviante: “a idéia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento ‘médio’ ou ‘ideal’, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social.”

Dentro dessa oposição “normal-anormal”, aquilo que é esperado, que está de acordo com uma ordenação, é o normal. Percebe-se então que a questão de manutenção de uma “ordem” é central na classificação dos comportamentos socialmente desviantes. De acordo com Goffman (1982:151) pode-se chamar “destoante” qualquer membro individual que não adere às normas, e

denominar “desvio” a sua peculiaridade. Para esse autor, a questão das normas sociais é extremamente importante, pois a compreensão da diferença é alcançada olhando para o comum, observando o que é consenso e a partir daí ver, que o que escapa desse consenso normativo é rejeitado, tratado como desviante. Para Goffman (1982:138) uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agentes de controle, quer pelo próprio culpado.

Nota-se na fala de Goffman que, aquele que “transgride” as normas representa uma ameaça para sociedade organizada, uma ameaça a ordem estabelecida. E essa “sociedade ameaçada” acaba tendo que se “defender” de alguma maneira, muitas vezes produzindo estigmatização e conseqüente exclusão desses indivíduos desviantes.

Dentro de uma perspectiva antropológica, o estigma é uma construção social. Muitas vezes, entre o estigmatizado e o normal nem se notam diferenças, ambos podem perfeitamente desempenhar um o papel do outro. Pensando dessa maneira, Goffman (1982:148-9) concebe estigma como

um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.

Percebe-se então que, para Goffman o estigma não é apenas uma questão de separação entre normais e desviantes, e sim de interação de papéis.

A relação entre “normais” e estigmatizados pode ser explicada através do conceito de dominação simbólica, que não é exercida pela força. Segundo Bourdieu (2002:50), a força simbólica é uma forma de poder que não se expressa pela coação física, mas é eficaz pois

desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por elas capturados. Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta...

Estando dessa forma, internalizada a dominação, é extremamente difícil se libertar dela. Só se poderá ultrapassá-la, quando as vítimas da dominação simbólica — neste caso os desviantes — romperem o “laço” que os une aos dominantes, mudar o seu olhar sobre si mesmo e abandonar o ponto de vista do dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALANDIER, G. *Antropologia Política*. Lisboa: Presença, 1987.

BEATTIE, J. *Introdução a Antropologia Social*. São Paulo: Nacional, 1977.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DAHRENDORF, R. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Antropologie et Histoire. In: *Les anthropologues face a l'histoire et a la religion*. Paris: PUF, 1974.

GOFFMAN, G. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LIENHARDT, G. *Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ROSA, F. A. M. *Patologia social: uma introdução ao estudo da desorganização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: *Desvio e divergência: uma critica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, pp. 11-28.

ZENHA, C. Antropologia e história. Heranças e perspectivas. In: *Mosaico*, vol. 1, n. 2, 1999, pp. 69-87.